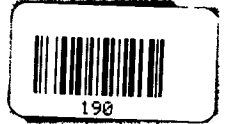
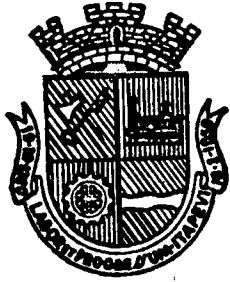


28

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI



ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO N.º 056/97

PROJETO N.º 040/97
de Lei

INTERESSADO Prefeitura Municipal de Itapevi

ASSUNTO "Dispõe sobre destinação de honorários advocatícios fixados por arbitramento judicial e os de sucumbências à Secretaria de Negócios Jurídicos do Município, nas condições que especifica, objetivando cumprimento ao disposto nos artigos 22, "caput" e 23 da Lei Federal nº 8.906, de 04 de julho de 1994."

Lei 1280

DIGITALIZADO
POR GR



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

- Estado de São Paulo -

AUTOGRAFO Nº 028/97

(Projeto de Lei n.º 040/97 – DO EXECUTIVO)

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI,
usando de suas atribuições legais, APROVA A SEGUINTE LEI:

“Dispõe sobre a destinação de honorários advocatícios fixados por arbitramento judicial e os de sucumbência à Secretaria de Negócios Jurídicos do Município, nas condições que especifica, objetivando cumprimento ao disposto nos artigos 22, “caput” e 23 da Lei Federal n.º 8.906, de 04 de julho de 1.994”

Art. 1º - Os honorários advocatícios fixados por arbitramento judicial e os de sucumbência, ainda que decorrentes de acordos extra-autos, das execuções fiscais e das demais ações em que seja parte a Municipalidade, ocorrendo o patrocínio ou defesa por intermédio do quadro próprio de servidores técnicos profissionais especializados de advocacia, devidamente habilitados mediante procuração “ad judicium”, serão destinados à Secretaria de Negócios Jurídicos do Município, objetivando o cumprimento do disposto nos artigos 22, “caput” e 23 da Lei Federal n.º 8.906, de 04 de julho de 1.994.

Art. 2º - Para atendimento do disposto no artigo 1.º desta Lei, a Secretaria de Finanças do Município colocará à disposição da Secretaria de Negócios Jurídicos do Município, mensalmente, a importância a esse título arrecadada no mês anterior, acompanhada do relatório pertinente.

Art. 3º - Os valores resultantes do cumprimento do disposto no artigo 1.º serão distribuídos, em partes iguais, ao Secretário de Negócios Jurídicos, ao Chefe de Gabinete da Secretaria de Negócios Jurídicos, desde que advogado e aos Assessores Jurídicos componentes do quadro da Secretaria de Negócios Jurídicos do Município.

§ 1.º - O profissional que vier a integrar o quadro da Secretaria de Negócios Jurídicos, em qualquer dos cargos mencionados no “caput” deste artigo participará da distribuição, na mesma proporção dos demais, a partir do mês subsequente ao da nomeação.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

- Estado de São Paulo -

§ 2.º - A participação do profissional que deixar de integrar o quadro da Secretaria de Negócios Jurídicos, em qualquer dos cargos mencionados no "caput" deste artigo, na distribuição de honorários, cessará ao final do mês da respectiva exoneração.

Art. 4.º - O Poder Executivo, no prazo de 30 (trinta) dias da publicação da presente lei, providenciará a expedição de Decreto, para a devida regulamentação dos trâmites a serem observados na efetivação do disposto no artigo 2.º da presente lei.

Art. 5.º - As despesas resultantes da aplicação desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6.º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores do Município de Itapevi,
03 de dezembro de 1.997.

ROBERTO TOSHIO SATO

Presidente

PAULO ROGÉRIO DE ALMEIDA

1.º Secretário



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO



MENSAGEM Nº 017/97

Itapevi, 25 de novembro de 1997

Senhor Presidente,

Por intermédio desta, encaminho a Vossa Excelência, para que seja submetido à elevada apreciação dessa Egrégia Casa, o incluso Projeto de Lei, que dispõe sobre destinação de honorários advocatícios fixados por arbitramento judicial e os de sucumbência à Secretaria de Negócios Jurídicos do Município, nas condições que especifica, objetivando cumprimento ao disposto nos artigos 22, "caput" e 23 da Lei Federal nº 8.906, de 04 de julho de 1994.

Justifica a propositura, nos termos da disposição contida na parte final do texto que compõe seu artigo 1º, a determinação federal estabelecida nos artigos 22, "caput" e 23 da Lei Federal nº 8.906, de 04 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, a seguir transcritos:

"Art. 22. A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência.

"Art. 23. Os honorários incluídos na condenação, por arbitramento ou sucumbência, pertencem ao advogado, tendo este direito autônomo para executar a sentença nesta parte, podendo requerer que o precatório, quando necessário, seja expedido em seu favor."

Para viabilizar correta aplicação ao determinado na legislação federal, o Projeto de Lei em tela estabelece a distribuição igualitária dos honorários advocatícios aos profissionais da Secretaria de Negócios Jurídicos que, na qualidade de advogados, embora com cargos de diferentes denominações - ou seja, Secretário de Negócios Jurídicos, Chefe de Gabinete da Secretaria de Negócios Jurídicos ou Assessor Jurídico -, efetivamente exercem o patrocínio ou defesa em processos judiciais em que a Municipalidade é parte, estando devidamente habilitados para tanto mediante procuração "ad judícia".

No mais, para efetivação da medida proposta, preocupou-se este Executivo em definir a aplicabilidade dos termos da legislação vigente quanto aos profissionais que exercem suas funções para a pessoa jurídica de direito público.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

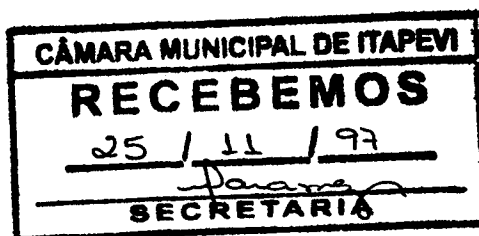


Em pesquisa realizada junto ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, foram localizados os processos TC 3495/000/77, TC TC 167/026/84 e TC 60/001/95, relativos a consultas que se referem a matéria em pauta, efetivadas, respectivamente, pelos Municípios de Avaré, São Sebastião e Valparaíso, sendo a última no ano de 1995, quando já em vigor a Lei Federal nº 8.906/94, todas com resultado favorável à concretização da medida, desde que o direito aos honorários seja estabelecido por Lei Municipal (docs. anexos).

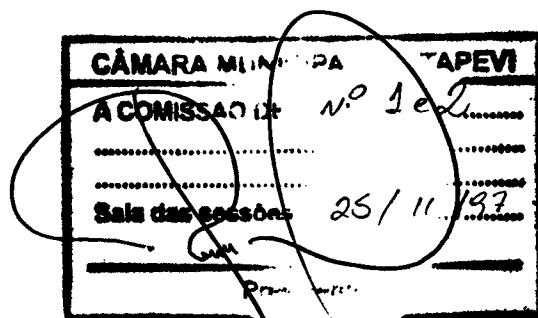
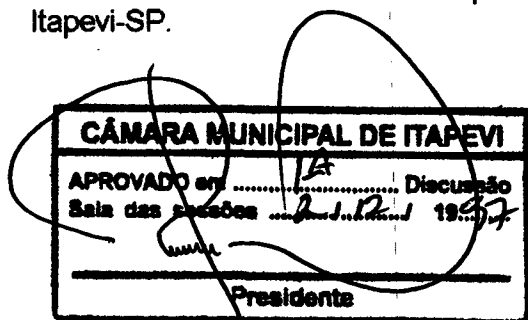
Sendo o que cumpria esclarecer quanto aos motivos que ensejaram a propositura em tela, e solicitando seja a apreciação realizada em caráter de urgência, nos termos do disposto no artigo 35 da Lei Orgânica do Município, subscrevo-me, renovando, na oportunidade, a Vossa Excelência e Ilustres Pares, meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,


SÉRGIO MONTANHEIRO
Prefeito



Ao
Excelentíssimo Senhor
ROBERTO TOSHIO SATO
DD. Presidente da Câmara Municipal de
Itapevi-SP.





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



SP

SISTEMA DE JURISPRUDENCIA - SDG-4
BANCO JURI

08.04.97
11:06:10

TC
3495/000/77
CONSULTA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AVAR-
CONSELHEIRO OSWALDO MULLER DA SILVA
PLENO
TC 3495/77: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS AUTOS DO
PROCESSO TC 3495/77, EM QUE A PREFEITURA MUNICIPAL DE
AVAR- CONSULTA ESTE TRIBUNAL SOBRE A LEGALIDADE DE O
PRODUTO DA CONDENAÇÃO EM HONORARIOS ADVOGATICIOS
REFERENTES A ASES JUDICIAIS VENCIDAS PELA PREFEITURA,
SER PAGO AO ADVOGADO DA PREFEITURA. CONSIDERANDO OS
PARECERES DOS ORGaos T-CNICOS DESTE TRIBUNAL; O EGR-GIO
PLENARIO EM SESSAO REALIZADA A 26 DE OUTUBRO DE 1977,
PELO VOTO DOS CONSELHEIROS OSWALDO MULLER DA SILVA,
RELATOR, JOS- LUIZ DE ANHAIA MELLO E A-CIO MENNUCCI,
BEM COMO PELO DO SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO RUBENS
CATELLI, PRELIMINARMENTE CONHECEU DA CONSULTA E, QUANTO
AO M-RITO, DELIBEROU RESPONDE-LA NO SENTIDO DE QUE -
PERMITIDO O PAGAMENTO A ADVOGADO DE HONORARIO DE
SUCUMBENCIA ORIUNDA DE A\$AO JUDICIAL, DESDE QUE
INSCRITO ESSE DIREITO EM LEI MUNICIPAL.
24/11/77, PAGINA 82 E RETIFICADO NO DE 25/11/77, PAGINA
71.
PARECER
REVISTA
42
REVISTA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SAO PAULO
189
SEGUNDO SEMESTRE DE 1977

1 DE: 1
8569

USUARIO: Nanci
PAG.: 1



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



SP

SISTEMA DE JURISPRUDENCIA - SDG-4
BANCO JURI

08.04.97
11:05:16

TC

1607/026/84

CONSULTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO
CONSELHEIRO GEORGE OSWALDO NOGUEIRA

PLENO

PARECER TC 1607/84/3. CONSULTA PREFEITURA MUNICIPAL DA
ESTANCIAA BALNEARIA DE SÃO SEBASTIÃO. HONORARIA
ADVOCATICA DE SUCUMBENCIA. CONTRATO DE TRABALHO CLT
- ILICITA A INSERÇÃO DE CLAUSULA CONCESSORIA SEM LEI
MUNICIPAL. VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS AUTOS DO
PROCESSO TC N. 1607/84/3, QUE TEM POR OBJETO A CONSULTA
FORMULADA PELO EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL DA ESTANCIA
BALNEARIA DE SÃO SEBASTIÃO, INDAGANDO SE " LICITO A
PREFEITURA, POR PORTARIA, ALTERAR O CONTRATO DE
TRABALHO DE SEUS ADVOGADOS PARA NELES INSERIR CLAUSULA
PELA QUAL --LHES CONFERIDO O DIREITO A PERCEPÇÃO DA
HONORARIA ADVOCATICA DE SUCUMBENCIA, ORIUNDO DE AÇÃO
JUDICIAL, INDEPENDENTE DE LEI MUNICIPAL, A TEOR DO
PARECER CEPAM ANEXO " O EGR-GIO PLENARIO, EM SESSÃO
REALIZADA EM 5 DE SETEMBRO DE 1984, PELO VOTO DOS
CONSELHEIROS GEORGE OSWALDO NOGUEIRA, RELATOR, JOS-
LUIZ DE ANHAIA MELLO, NELSON MARCONDES DO AMARAL,
OSWALDO MULLER DA SILVA, ORLANDO ZANCANER E OLAVO
DRUMMOND, PRELIMINARMENTE, CONHECEU DA CONSULTA, E, NO
M-RITO, DELIBEROU RESPONDE-LA, NEGATIVAMENTE, NO
SENTIDO DE QUE NÃO - LICITO A PREFEITURA, POR
INTERM-DIO DE PORTARIA, ALTERAR CONTRATO DE TRABALHO DE
SEUS ADVOGADOS, PARA NELES INSERIR CLAUSULA
CONFERINDO-LHES O DIREITO DE PERCEBEREM A HONORARIA
ADVOCATICA DE SUCUMBENCIA, QUE CONSTITUI RECEITA MU-
NICIPAL DE NATUREZA NÃO TRIBUTARIA, SEM QUE, PARA ISSO,
HAJA EXPRESSA AUTORIZAÇÃO DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL. SALA
DOSS, EM 12 DE SETEMBRO DE 1984.

28/09/84

PARECER

1 DE: 1
8198

USUARIO: Nanci
PAG.: 1



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



SP

SISTEMA DE JURISPRUDENCIA - SDG-4
BANCO JURI08.04.97
11:07:54

TC
60/001/95
CONSULTA
PREFEITURA DE VALPARAISO
CONSELHEIRO CLAUDIO FERRAZ DE ALVARENGA
PLENO

TC 60/001/95 - CONSULTA ACERCA DA NECESSIDADE DE PROCEDIMENTO LICITATORIO PARA CONTRATAÇÃO DE ADVOGADO, TENDO EM VISTA O DISPOSTO NO ARTIGO 13, V, COMBINADO COM O ARTIGO 25, II, LEI 8666/93, BEM COMO DA POSSIBILIDADE DE SE EFETIVAR O REFERIDO AJUSTE, NA FORMA DE CONTRATO DE RISCO, PERCEBENDO O ADVOGADO AS VERBAS DA SUCUMBENCIA QUANDO PROCEDENTE A AÇÃO, E NADA RECEBENDO QUANDO IMPROCEDENTE. ATA DA 21 SESSÃO ORDINARIA DO TRIBUNAL PLENO, REALIZADA EM 21.06.95 JUN95

DEBATE CONSTANTE DA ATA DE 1995: PELO VOTO DOS CONSELHEIROS CLAUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, RELATOR, ANTONIO ROQUE CITADINI, EDUARDO BITTENCOURT CARVALHO, EDGARD CAMARGO RODRIGUES, FULVIO JULIO BIAZZI E RENATO MARTINS COSTA, PRELIMINARMENTE O EGR-GIO PLENARIO CONHECEU DA CONSULTA E, QUANTO AO M-RITO, DELIBEROU RESPONDE-LA AFIRMATIVAMENTE QUANTO AO PRIMEIRO QUESITO, SE ESTIVEREM PRESENTES AS CONDIÇÕES QUE AUTORIZAM A CONTRATAÇÃO SEM PROCEDIMENTO LICITATORIO, CONSTANTES DOS ARTIGOS 13, V, E 25, II DA LEI NUMERO 8666/93, OU SEJA, QUANDO A QUESTÃO A SER LEVADA AO JUDICIARIO FOR DE NATUREZA SINGULAR, PODE A ADMINISTRAÇÃO EFETUAR A CONTRATAÇÃO DIRETA.

QUANTO AO SEGUNDO QUESITO, DELIBEROU RESPONDE-LA TAMBÉM DE FORMA AFIRMATIVA, ISTO É, A ATRIBUIÇÃO DOS HONORARIOS DA SUCUMBENCIA AO ADVOGADO - PERFEITAMENTE POSSIVEL, SE OBSERVADAS AS PRÉVIAS EXIGENCIAS LEGAIS, NOS TERMOS DO ARTIGO 23 DO ESTATUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (LEI NUMERO 8906, DE 04.07.94). ATA PUBLICADA NO DOE DE 20.07.95, PAGINAS 10/13.

ACORDÃO - TC- 60/001/95 - CONSULTA
CONSULENTE: JOÃO APARECIDO SALESSE (PREFEITO MUNICIPAL DE VALPARAISO).

ASSUNTO: CONSULTA ACERCA DA NECESSIDADE DE PROCEDIMENTO LICITATORIO PARA CONTRATAÇÃO DE ADVOGADO, TENDO EM VISTA O DISPOSTO NO ARTIGO 13, V, COMBINADO COM ARTIGO 25, II DA LEI 8666/93, BEM COMO DA POSSIBILIDADE DE SE EFETIVAR O AJUSTE, PERCEBENDO O ADVOGADO AS VERBAS DE SUCUMBENCIA VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS AUTOS. ACORDA O EGR-GIO PLENARIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, EM SESSÃO DE 21 DE JUNHO DE 1995, PELO VOTO DOS CONSELHEIROS CLAUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, RELATOR, ANTONIO ROQUE CITADINI, EDUARDO BITTENCOURT CARVALHO, EDGARD CAMARGO RODRIGUES, FULVIO JULIO BIAZZI E RENATO MARTINS COSTA, NA CONFORMIDADE DAS CORRESPONDENTES NOTAS TAQUIGRAFICAS, PRELIMINARMENTE CONHECER DA CONSULTA. QUANTO AO M-RITO, RESPONDER QUE, ESTANDO PRESENTES AS CONDIÇÕES DOS ARTIGOS

8 DE: 15
27123

USUARIO: Nanci
PAG.: 1



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



SP

SISTEMA DE JURISPRUDENCIA - SDG-4
BANCO JURI

08.04.97
11:08:01

13, V, E 25 II, DA LEI 8666/93, A CONTRATAÇÃO DE ADVOGADO INDEPENDE DE CERTAME LICITATORIO E QUE A ATRIBUIÇÃO DOS HONORARIOS DE SUCUMBENCIA A ADVOGADO LEGALMENTE CONTRATADO - AUTORIZADA PELO ARTIGO 23 DA LEI NUMERO 8906/94. (ESTATUTO DA OAB) PUBLICADO NO DOE DE 20.07.95, PAGINA 5

8 DE: 15
27123

USUARIO: Nanci
PAG.: 2



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO



PROJETO DE LEI Nº 040/97

(Dispõe sobre destinação de honorários advocatícios fixados por arbitramento judicial e os de sucumbência à Secretaria de Negócios Jurídicos do Município, nas condições que especifica, objetivando cumprimento ao disposto nos artigos 22, "caput" e 23 da Lei Federal nº 8.906, de 04 de julho de 1994)

SÉRGIO MONTANHEIRO, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Os honorários advocatícios fixados por arbitramento judicial e os de sucumbência, ainda que decorrentes de acordos extra-autos, das execuções fiscais e das demais ações em que seja parte a Municipalidade, ocorrendo o patrocínio ou defesa por intermédio do quadro próprio de servidores técnicos profissionais especializados de advocacia, devidamente habilitados mediante procuração "ad judícia", serão destinados à Secretaria de Negócios Jurídicos do Município, objetivando cumprimento do disposto nos artigos 22, "caput" e 23 da Lei Federal nº 8.906, de 4 de julho de 1994.

Art. 2º - Para atendimento do disposto no artigo 1º desta Lei, a Secretaria de Finanças do Município colocará à disposição da Secretaria de Negócios Jurídicos do Município, mensalmente, a importância a esse título arrecadada no mês anterior, acompanhada do relatório pertinente.

Art. 3º - Os valores resultantes do cumprimento do disposto no artigo 1º serão distribuídos, em partes iguais, ao Secretário de Negócios Jurídicos, ao Chefe de Gabinete da Secretaria de Negócios Jurídicos, desde que advogado, e aos Assessores Jurídicos componentes do quadro da Secretaria de Negócios Jurídicos do Município.

§ 1º - O profissional que vier a integrar o quadro da Secretaria de Negócios Jurídicos, em qualquer dos cargos mencionados no "caput" deste artigo, participará da distribuição, na mesma proporção dos demais, a partir do mês subsequente ao da nomeação.

§ 2º - A participação do profissional que deixar de integrar o quadro da Secretaria de Negócios Jurídicos, em qualquer dos cargos mencionados no "caput" deste artigo, na distribuição de honorários, cessará ao final do mês da respectiva exoneração.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO



Art. 4º - O Poder Executivo, no prazo de trinta (30) dias da publicação da presente Lei, providenciará a expedição de Decreto, para a devida regulamentação dos trâmites a serem observados na efetivação do disposto no artigo 2º da presente Lei.

Art. 5º - As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapevi, 25 de novembro de 1997


SÉRGIO MONTANHEIRO
Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

- Estado de São Paulo -

PARECER DAS COMISSÕES I, II E III AO PROJETO DE LEI N.º 040/97, OFERECIDO NOS TERMOS DO § 3.º DO ARTIGO 151 DO REGIMENTO INTERNO.

SENHOR PRESIDENTE:

De iniciativa do Chefe do Poder Executivo, o projeto de lei n.º 040/97 dispõe sobre a destinação de honorários advocatícios fixados por arbitragem judicial e os de sucumbência à Secretaria dos Negócios Jurídicos do Município, nas condições que especifica, objetivando dar cumprimento ao disposto nos artigos 22, “caput” e 23 da lei federal n.º 8.906 de 04 de julho de 1994.

Até o presente momento não foram apresentadas emendas à propositura.

Em virtude da aprovação pelo Plenário desta Casa, na sessão ordinária próxima passada de requerimento, o projeto em tela, cuja tramitação já se fazia nos termos do artigo 35 da Lei Orgânica do Município, passou a observar as regras particulares da tramitação em regime de urgência, prevista no artigo 151 do nosso Regimento Interno.

Nessa conformidade, o Projeto de Lei n.º 040/97 encontra-se incluído na Ordem do Dia da presente sessão ordinária para apreciação em primeiro turno.

Diante da inexistência de parecer escrito das Comissões Permanentes, que deixaram de se manifestar tempestivamente, nós, membros das Comissões I, II e III representando a maioria de seus membros, emitimos parecer verbal conjunto, de acordo com o disposto no § 3.º do referido artigo 151, vazado nos seguintes termos:

O objeto constante do projeto de lei ora sob exame é de natureza legislativa, cuja iniciativa do processo é privativa do Prefeito, haja vista o disposto no inciso III do Artigo 31 da Lei Orgânica do Município, que reserva exclusivamente ao Chefe do Executivo a competência para iniciar o processo legislativo no presente caso. Além disso, o projeto pretende dar cumprimento ao disposto na Lei Federal n.º 8.906, de 04 de julho de 1994, que trata do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

- Estado de São Paulo -

Nesse sentido, inexistem, no tocante ao aspecto constitucional, legal e jurídico, impedimentos para a aprovação da proposição.

Quanto ao mérito, observamos que a minuciosa exposição de motivos, contida na mensagem do Executivo e que acompanha o projeto, traz todos os elementos necessários à perfeita compreensão do tema.

Diante do exposto, opinamos favoravelmente a aprovação do projeto de lei n.º 040/97.

Sala das Comissões, 02 de dezembro de 1.997.

COMISSÃO I

FLÁUDIO AZEVEDO LIMAS

ANTÔNIO RODR. SILVA

VALTER FRANC. ANTÔNIO

LUCIANO OLIVEIRA FARIAS

MARIA RUTH BANHOLZER

COMISSÃO III

JÚLIO CÉSAR DE MORAES

JOÃO MOURA RODRIGUES

NORMA LÚCIA R. DE SOUZA

NORIVAL JOSE DRUZIAN

JUAREZ AP. P. VILLARES

COMISSÃO II

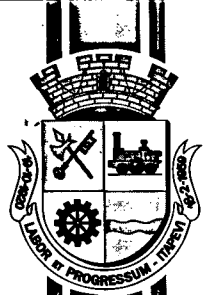
ANTÔNIO CARDOSO FILHO

GEONE XAVIER PEREIRA

PAULO ROGÉRIO DE ALMEIDA

JOÃO FERREIRA DO MONTE

LINEU ALBERTO DE GOES



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

- Estado de São Paulo -

VOTAÇÃO NOMINAL

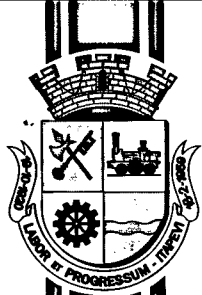
- PROJETO DE LEI.....Nº 401 9F
- PROJETO DE RESOLUÇÃO....Nº 1
- DECRETO LEGISLATIVO.....Nº 1
- REQUERIMENTO.....Nº 1
- MOÇÃO.....Nº 1

DISCUSSÃO: (1ª) - (~~2ª~~) - () Única

VOTO DOS VEREADORES

	SIM	NÃO	JUSTIF.
ANTONIO CARDOSO FILHO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
ANTONIO RODRIGUES DA SILVA	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
FLAUDIO AZEVEDO LIMAS	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
GEONE XAVIER PEREIRA	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
JOÃO FERREIRA DO MONTE	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
JOÃO MOURA RODRIGUES	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
JUAREZ APARECIDO PINTO VILARES	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
JULIO CEZAR DE MORAES	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
LINEU ALBERTO DE GÓES	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
LUCIANO DE OLIVEIRA FARIAS	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
MARIA RUTH BANHOLZER	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
NORIVAL JOSÉ DRUZIAN	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
NORMA LÚCIA RIBEIRO DE SOUZA	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
PAULO ROGÉRIO DE ALMEIDA	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
RENATO ANDRADE RIBEIRO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
ROBERTO TOSHIO SATO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
VALTER FRANCISCO ANTONIO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

SOMA.....14.....



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI


- Estado de São Paulo -

VOTAÇÃO NOMINAL

- PROJETO DE LEI.....Nº 4019
- PROJETO DE RESOLUÇÃO....Nº 1
- DECRETO LEGISLATIVO.....Nº 1
- REQUERIMENTO.....Nº 1
- MOÇÃO.....Nº 1

DISCUSSÃO: (~~1ª~~) - (2ª) - () Única

VOTO DOS VEREADORES

	 SIM	NÃO	JUSTIF.
ANTONIO CARDOSO FILHO.....	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
ANTONIO RODRIGUES DA SILVA.....	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
FLAUDIO AZEVEDO LIMAS.....	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
GEONE XAVIER PEREIRA.....	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
JOÃO FERREIRA DO MONTE.....	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
JOÃO MOURA RODRIGUES.....	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
JUARez APARECIDO PINTO VILARES.....	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
JULIO CEZAR DE MORAES.....	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
LINEU ALBERTO DE GÓES.....	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
LUCIANO DE OLIVEIRA FARIAS.....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
MARIA RUTH BANHOLZER.....	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
NORIVAL JOSÉ DRUZIAN.....	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
NORMA LÚCIA RIBEIRO DE SOUZA.....	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
PAULO ROGIERIO DE ALMEIDA.....	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
RENATO ANDRADE RIBEIRO.....	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
ROBERTO TOSHIO SATO.....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
VALTER FRANCISCO ANTONIO.....	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

SOMA.....14.....



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.380, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1997

(Dispõe sobre destinação de honorários advocatícios fixados por arbitramento judicial e os de sucumbência à Secretaria de Negócios Jurídicos do Município, nas condições que especifica, objetivando cumprimento ao disposto nos artigos 22, "caput" e 23 da Lei Federal nº 8.906, de 04 de julho de 1994)

SÉRGIO MONTANHEIRO, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Os honorários advocatícios fixados por arbitramento judicial e os de sucumbência, ainda que decorrentes de acordos extra-autos, das execuções fiscais e das demais ações em que seja parte a Municipalidade, ocorrendo o patrocínio ou defesa por intermédio do quadro próprio de servidores técnicos profissionais especializados de advocacia, devidamente habilitados mediante procuração "ad judícia", serão destinados à Secretaria de Negócios Jurídicos do Município, objetivando cumprimento do disposto nos artigos 22, "caput" e 23 da Lei Federal nº 8.906, de 4 de julho de 1994.

Art. 2º - Para atendimento do disposto no artigo 1º desta Lei, a Secretaria de Finanças do Município colocará à disposição da Secretaria de Negócios Jurídicos do Município, mensalmente, a importância a esse título arrecadada no mês anterior, acompanhada do relatório pertinente.

Art. 3º - Os valores resultantes do cumprimento do disposto no artigo 1º serão distribuídos, em partes iguais, ao Secretário de Negócios Jurídicos, ao Chefe de Gabinete da Secretaria de Negócios Jurídicos, desde que advogado, e aos Assessores Jurídicos componentes do quadro da Secretaria de Negócios Jurídicos do Município.

§ 1º - O profissional que vier a integrar o quadro da Secretaria de Negócios Jurídicos, em qualquer dos cargos mencionados no "caput" deste artigo, participará da distribuição, na mesma proporção dos demais, a partir do mês subsequente ao da nomeação.

§ 2º - A participação do profissional que deixar de integrar o quadro da Secretaria de Negócios Jurídicos, em qualquer dos cargos mencionados no "caput" deste artigo, na distribuição de honorários, cessará ao final do mês da respectiva exoneração.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 4º - O Poder Executivo, no prazo de trinta (30) dias da publicação da presente Lei, providenciará a expedição de Decreto, para a devida regulamentação dos trâmites a serem observados na efetivação do disposto no artigo 2º da presente Lei.

Art. 5º - As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapevi, 11 de dezembro de 1997


SÉRGIO MONTANHEIRO
Prefeito

Publicada, por afixação, no lugar de costume e registrada em livro próprio, na Prefeitura do Município de Itapevi, em 11 de dezembro de 1997.


LAÉRCIO ARMANDO COELHO
Secretário de Governo